



Empresa Luz e Força Santa Maria S/A

**Relatório da
Administração
e
Demonstrações
Contábeis Regulatórias**

Exercício

2015

Conteúdo

Relatório da Administração	3 – 15
Balanço patrimonial regulatório	16 – 17
Demonstração do resultado regulatório	18
Demonstração das mutações do patrimônio líquido regulatório	19
Demonstração dos fluxos de caixa regulatório	20
Demonstração do resultado abrangente regulatório	21
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	22 – 54
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	55 – 56

Relatório da Administração

Senhores e Senhoras Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades do exercício 2015, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Empresa Luz e Força Santa Maria S/A (“Santa Maria” ou “Companhia”) para a sociedade, parceiros, colaboradores e consumidores.

1. Considerações gerais

A Empresa Luz e Força Santa Maria S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Colatina, estado do Espírito Santo, que atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de quase 70 anos de existência.

A Companhia detém a outorga de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica nos termos do Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL, cujo prazo de concessão teve sua vigência prorrogada até 7 de julho de 2045, conforme Sexto Termo Aditivo celebrado entre a União e a Santa Maria no dia 9 de dezembro de 2015.

A Santa Maria atende a mais de 106 mil consumidores e uma população de aproximadamente 284,5 mil habitantes em 11 municípios do estado do Espírito Santo, a saber:

Municípios	2015	
	Número de consumidores	Número de habitantes⁽¹⁾
Águia Branca	4.336	10.065
Alto Rio Novo	3.189	7.934
Colatina (exceto o distrito de Itapina)	50.873	122.646
Governador Lindenberg	5.048	12.284
Marilândia	5.778	12.353
Pancas	7.926	23.418
Santa Teresa (exceto a Sede e o distrito de Alto Santa Maria)	1.971	23.735
São Domingos do Norte	4.314	8.709
São Gabriel da Palha	14.242	36.328
São Roque do Canaã	4.781	12.384
Vila Valério (exceto os distritos de Jurama e São Jorge da Barra Seca)	3.578	14.657
Total	106.036	284.513

⁽¹⁾ Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS.

Em 2015 a Santa Maria manteve sua política de atuação sustentável junto aos acionistas, consumidores, colaboradores e à sociedade em geral, buscando sempre a melhoria e eficiência contínua da qualidade dos serviços prestados e a obtenção de resultados. Essa característica pode ser evidenciada por meio dos indicadores de satisfação em pesquisas com os consumidores.

Anualmente, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL promove uma pesquisa de avaliação da satisfação do consumidor residencial com os serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica do Brasil (Prêmio IASC – Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor). Em 2015, apesar de queda em

relação ao ano anterior, a Santa Maria obteve conceito “Bom” (“Excelente” em 2014) e índice de satisfação do consumidor de 61% (82% em 2014).

Sempre atenta à opinião de seus consumidores, a Santa Maria também participa anualmente da pesquisa conduzida pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE, que mede, dentre outros indicadores, o Índice de Satisfação Geral – ISG e o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida – ISQP. Os resultados de 2015 e 2014 são apresentados a seguir:

<u>Índice</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Índice de Satisfação Geral – ISG	78,6	86,5
Índice de Satisfação da Qualidade Percebida - ISQP	82,3	87,8

Com o objetivo de melhorar ainda mais a satisfação dos consumidores, principalmente quanto ao relacionamento, a Santa Maria implantou um novo sistema de comunicação via SMS, totalmente gratuito. Com ele, qualquer atendimento comercial, avisos sobre falta de energia, desligamentos programados e até mesmo corte do serviço chegam diretamente nos celulares cadastrados dos consumidores.

Além disso, o foco na qualidade da energia fornecida, associado aos investimentos realizados em expansão do sistema elétrico, melhoramento de redes e outros, tem permitido à Companhia apresentar consistentes indicadores de desempenho econômico-financeiros e operacionais.

2. Investimentos

A Santa Maria investiu ao longo do ano de 2015 recursos da ordem de R\$ 11,3 milhões (R\$ 12,8 milhões em 2014), já deduzidos os recursos de Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais) recebidos na forma de doações e subvenções. O quadro a seguir apresenta um resumo desses investimentos nos principais ativos operacionais da Companhia:

<u>Descrição do ativo</u>	<u>Investimentos - R\$ mil</u>		
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>Variação</u>
Redes de distribuição	5.134	7.979	-35,66%
Subestações	3.653	2.737	33,47%
Sistema de medição	1.669	1.059	57,60%
Veículos	255	354	-27,97%
Outros ativos	636	760	-16,32%
Total	11.347	12.889	-11,96%

Dos investimentos realizados, houve uma maior destinação às subestações e ao sistema de medição, com vistas a garantir maior segurança do sistema de distribuição e a redução das perdas que recaem sobre todos os consumidores.

Um dos investimentos mais relevantes do ano de 2015 foi a ampliação da capacidade instalada da subestação Henrique Nunes Coutinho, com a aquisição e instalação de mais um transformador de força, tendo sido aplicados recursos da ordem de R\$ 3,2 milhões.

Adicionalmente, está em fase de conclusão a obra de construção da linha de distribuição aérea entre as subestações Colatina e Maria Ortiz. Com extensão de aproximadamente 13 km e investimento total estimado em R\$ 2,5 milhões, a nova linha irá atender ao aumento de demanda do polo industrial Mário Cassani, situado no distrito de Baunilha, município de Colatina.

Em máquinas e equipamentos da atividade de distribuição, os investimentos realizados em 2015 somam R\$ 10,4 milhões (11,7 em 2014). A evolução dos investimentos em máquinas e equipamentos da atividade de distribuição dos 3 (três) últimos anos, bem como a projeção dos investimentos para os próximos 5 (cinco) anos, é demonstrada a seguir:

Distribuição - Máquinas e equipamentos - R\$ mil	Evolução dos investimentos			Projeção dos investimentos				
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
AIS bruto	15.225	14.067	12.301	12.556	12.875	14.957	13.949	10.500
Transformador de distribuição	4.506	3.123	2.879	2.059	2.003	1.687	1.819	-
Medidor	1.136	1.059	1.669	2.038	1.137	1.174	1.174	-
Redes baixa tensão (< 2,3 kV)	2.393	1.690	1.256	688	1.032	-	1.032	-
Redes média tensão (2,3 kV a 44 kV)	3.718	4.798	2.751	6.211	8.703	6.673	7.305	-
Redes alta tensão (69 kV)	-	660	-	-	-	-	-	10.500
Subestações média tensão (primário 30 kV a 44 kV)	23	-	-	-	-	-	600	-
Subestações alta tensão (primário de 69 kV)	3.241	503	358	1.560	-	5.423	1.525	-
Subestações alta tensão (primário 88 kV a 138 kV)	208	2.234	3.295	-	-	-	494	-
Demais máquinas e equipamentos	-	-	93	-	-	-	-	-
Obrigações especiais do AIS bruto	2.706	2.292	1.845	2.072	2.124	2.468	2.302	1.733
Participações, doações e subvenções	2.706	2.292	1.845	2.072	2.124	2.468	2.302	1.733

Além dos investimentos acima, em 2015 a Santa Maria também fez investimentos na incorporação de redes particulares, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 229/2006, de 8 de agosto de 2006. Os valores dessa incorporação de redes particulares reconhecidos nas demonstrações financeiras são os seguintes:

Ativo imobilizado em serviço	Valor de avaliação	11.731
	Depreciação acumulada	(11.002)
	Valor residual	729
Passivo circulante	Ressarcimento ao consumidor	281
Obrigações especiais	Participação financeira do consumidor	7.214
	Amortização acumulada	(6.766)
	Valor residual	448

2.1 Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

A Santa Maria mantém um programa de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética, investindo 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9.991/2000.

Na área de pesquisa e desenvolvimento está sendo desenvolvido, dentre outros, o projeto denominado “Nacionalização de Microinversor Fotovoltaico de 500 Wp com Alto Rendimento e em Conformidade com os Requisitos de Qualidade de Energia da Resolução Normativa ANEEL 482/2012”.

Em razão da crescente busca por novas fontes de energia para a matriz energética brasileira, a energia solar tem se mostrado, cada vez mais, uma excelente alternativa. Todavia, em razão dos itens que compõem o kit fotovoltaico serem, em sua maioria, importados, vê-se a necessidade de nacionalização desses itens a fim de reduzir custos e tornar tal alternativa ainda mais atrativa e viável economicamente, sobretudo no que se refere ao microinversor.

Pensando nisso, a Santa Maria vem executando esse projeto que visa, justamente, a nacionalização do microinversor, de modo que atenda a todas as exigências das normas brasileiras. Estima-se que o custo de venda do produto final do projeto chegue a aproximadamente 30% do valor do equipamento importado.

Desse modo, prevê-se a viabilização de outros futuros projetos de eficiência energética relacionados à energia fotovoltaica, atendendo um maior número de consumidores com um investimento menor.

O investimento total previsto nesse projeto é de aproximadamente R\$ 1 milhão, com prazo de execução previsto de 24 meses.

Na área de eficiência energética foi dado início em 2015, dentre outros, ao projeto denominado “Energia Solar I - ES I”, que prevê a instalação de 250 kits SFCR de sistemas fotovoltaicos no município de Colatina e a substituição de 16 mil lâmpadas incandescentes por LED em aproximadamente 4 mil unidades consumidoras localizadas nos 11 municípios da área de concessão da Companhia, tendo como público-alvo o consumidor residencial de baixa renda. Os sistemas de geração distribuída terão o microinversor conectado diretamente abaixo do módulo fotovoltaico e as lâmpadas LED serão de 9W e 10W.

O investimento total previsto nesse projeto é de aproximadamente R\$ 3,2 milhões, com prazo de execução previsto de 18 meses.

O objetivo desse projeto é promover a efficientização no segmento residencial baixa renda, buscando a conscientização dos consumidores para o uso correto e seguro da energia elétrica, além de demonstrar a importância da utilização de fontes renováveis de energia, no caso, a energia solar.

O sistema piloto de geração fotovoltaica instalado, composto por duas placas de 250 Wpico/cada, mostrou-se promissor, com uma geração mensal média de 68 kWh/mês, correspondente a mais de 47% do consumo mensal de uma unidade consumidora residencial baixa renda.

O projeto também prevê a capacitação de 8 a 12 profissionais da área de energia elétrica residentes preferencialmente nos bairros onde serão instalados os kits. Esses profissionais deverão obter certificação nos cursos de NR10 e NR35, além de treinamento específico acerca da montagem e manutenção dos kits, para a realização de futuras manutenções locais a preço de mercado, acessíveis aos consumidores beneficiados. As manutenções preventiva e corretiva concorrerão para obtenção de melhores resultados energéticos do sistema implantado.

3. Desempenho econômico-financeiro

O lucro líquido do exercício 2015 da Santa Maria foi de R\$ 21,1 milhões (R\$ 15,6 milhões em 2014), o que representa um crescimento de 35,09%. Já a receita operacional líquida cresceu 26,2%, tendo atingido em 2015 R\$ 223,4 milhões (R\$ 177,0 milhões em 2014).

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia em 2015:

Indicadores financeiros	Unidade	2015	2014	Variação
Ativo total	R\$ mil	219.383	202.237	8,48%
Caixa e equivalentes de caixa	R\$ mil	29.022	11.193	159,29%
Patrimônio líquido	R\$ mil	132.633	127.464	4,06%
Dívida líquida ⁽¹⁾	R\$ mil	(9.013)	15.872	-156,79%
Indicadores de resultados	Unidade	2015	2014	Variação
Receita operacional líquida	R\$ mil	223.405	177.024	26,20%
Custos gerenciáveis e não gerenciáveis	R\$ mil	199.565	154.982	28,77%
EBIT ⁽²⁾	R\$ mil	21.223	19.989	6,17%
EBITDA ⁽³⁾	R\$ mil	31.082	29.711	4,61%
Resultado financeiro	R\$ mil	(2.065)	(5.403)	-61,78%
Lucro líquido	R\$ mil	21.115	15.630	35,09%
Indicadores relativos	Unidade	2015	2014	Variação
EBITDA / Receita operacional líquida	%	13,91	16,78	-17,10%
Dívida líquida / EBITDA	Veze	(29,00)	53,42	-154,28%
Dívida bruta / EBITDA	Veze	0,64	0,91	-29,33%
Dívida líquida / Patrimônio líquido	Veze	(0,07)	0,12	-154,57%
Lucro líquido / Receita operacional líquida	%	9,45	8,83	7,05%

⁽¹⁾ Dívida líquida = Dívida bruta – Caixa e equivalentes de caixa.

⁽²⁾ EBIT = Lucro líquido – Reversão JCP + Impostos + Resultado financeiro.

⁽³⁾ EBITDA = Lucro líquido – Reversão JCP + Impostos + Resultado financeiro + Depreciação e Amortização.

Os custos gerenciáveis e não gerenciáveis totalizaram R\$ 199,5 milhões em 2015 (154,9 milhões em 2014), destacando-se os custos não gerenciáveis que apresentaram crescimento de 38,2% em relação ao ano anterior. A composição dos custos gerenciáveis e não gerenciáveis é apresentada a seguir:

Custos gerenciáveis e não gerenciáveis - R\$ mil	2015	2014	Variação
1. Gerenciáveis	39.278	39.031	0,63%
1.1 Pessoal e administradores	19.507	16.837	15,86%
1.2 Material	3.244	3.509	-7,56%
1.3 Serviços de terceiros	6.580	7.791	-15,54%
1.4 Depreciação e Amortização	9.859	9.722	1,41%
1.5 Outras despesas (receitas) operacionais líquidas	88	1.172	-92,49%
2. Não gerenciáveis	160.287	115.951	38,24%
2.1 Energia elétrica comprada para revenda	154.724	111.204	39,14%
2.2 Encargos de transmissão, conexão e distribuição	5.563	4.747	17,19%
Total	199.565	154.982	28,77%

O EBITDA, ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, foi de R\$ 31,0 milhões (superior em 4,6% em relação a 2014, que foi de R\$ 29,7 milhões), conforme evolução abaixo:

Geração de caixa - R\$ mil	2015	2014	Varição
Lucro líquido do exercício	21.115	15.630	35,09%
(-) Reversão JCP	(7.836)	(5.917)	32,43%
(+) Impostos	5.879	4.873	20,64%
(+) Resultado financeiro	2.065	5.403	-61,78%
(+) Depreciação e amortização	9.859	9.722	1,41%
(-) EBITDA ou LAJIDA	31.082	29.711	4,61%

Em 31 de dezembro de 2015 as disponibilidades financeiras da Santa Maria superaram o endividamento bruto em R\$ 9 milhões. O endividamento de curto e longo prazo é apresentado a seguir:

Endividamento - R\$ mil	2015	2014
Curto prazo		
Empréstimos e financiamentos	3.866	9.861
Longo prazo		
Empréstimos e financiamentos	16.143	17.204
(=) Dívida bruta	20.009	27.065
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(29.022)	(11.193)
(=) Dívida líquida	(9.013)	15.872

Aos acionistas da Companhia é garantido estatutariamente um dividendo mínimo calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. Adicionalmente, a Companhia optou por pagar juros sobre o capital próprio, de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. No exercício 2015, a Santa Maria creditou a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 7.836 (R\$ 5.917 em 2014).

Em 31 de dezembro de 2015 o capital social da Companhia era de R\$ 95 milhões, composto por 4.807.604 ações, sem valor nominal, sendo 3.193.887 ações ordinárias (66,43%) e 1.613.717 ações preferenciais (33,57%).

4. Desempenho operacional

Em 2015 foram totalizados 106.036 consumidores atendidos, número 2,64% superior ao de 2014, conforme demonstrado a seguir:

Classe de consumo	Número de Consumidores				
	2015	2014	2013	2012	2011
Residencial	64.996	63.663	61.990	59.414	57.533
Rural	29.907	28.484	27.511	26.325	25.024
Comercial, serviços e outros	8.124	8.114	7.788	7.535	7.257
Industrial	1.888	1.839	1.688	1.512	1.344
Demais classes	1.121	1.204	1.079	1.077	1.056
Total	106.036	103.304	100.056	95.863	92.214
Varição	2,64%	3,25%	4,37%	3,96%	3,53%

A Santa Maria registrou um crescimento da ordem de 7% em seu mercado consumidor, fornecendo 557,252 GWh de energia elétrica em 2015 (520,632 GWh em 2014). A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação:

Classe de consumo	Mercado atendido - GWh				
	2015	2014	2013	2012	2011
Rural	194,918	162,102	157,829	139,939	118,089
Residencial	130,203	125,772	118,349	108,721	101,595
Industrial	97,091	99,409	91,933	88,136	83,616
Comercial, serviços e outros	87,249	86,399	81,984	77,362	72,161
Iluminação pública	18,881	17,885	15,572	14,926	14,247
Poder público	16,338	15,756	15,129	14,560	13,435
Serviço público	11,781	12,521	12,123	11,110	10,430
Consumo próprio	0,791	0,788	0,755	0,792	0,786
Total	557,252	520,632	493,674	455,546	414,359
Variação	7,03%	5,46%	8,37%	9,94%	0,05%

O segmento de mercado que mais contribuiu para esse resultado foi o da classe rural, com significativos 20,24% de crescimento no consumo em relação a 2014. Já as classes industrial e serviço público registraram queda no consumo de -2,33% e -5,91%, respectivamente, conforme demonstrado a seguir:

Classe de consumo	Mercado atendido - GWh		Variação no consumo	Participação no consumo
	2015	2014		
Rural	194,918	162,102	20,24%	34,98%
Residencial	130,203	125,772	3,52%	23,37%
Industrial	97,091	99,409	-2,33%	17,42%
Comercial, serviços e outros	87,249	86,399	0,98%	15,66%
Iluminação pública	18,881	17,885	5,57%	3,39%
Poder público	16,338	15,756	3,69%	2,93%
Serviço público	11,781	12,521	-5,91%	2,11%
Consumo próprio	0,791	0,788	0,38%	0,14%
Total	557,252	520,632	7,03%	100,00%

A classe rural continua sendo a de maior participação no consumo, tendo atingido em 2015 representativos 34,98% do total da energia elétrica distribuída pela Santa Maria, seguida das classes residencial, industrial e comercial, serviços e outros.

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida dos tributos (ICMS, PIS e COFINS), importou em R\$ 235,2 milhões, conforme quadro a seguir:

Receita de fornecimento de energia elétrica líquida dos tributos - R\$ mil			
Classe de consumo	2015	2014	Variação
Residencial	67.853	42.851	58,35%
Rural	56.632	30.956	82,94%
Comercial, serviços e outros	45.204	29.542	53,02%
Industrial	45.491	29.648	53,44%
Demais classes	20.087	12.766	57,35%
Total	235.267	145.763	61,40%

Em função da significativa elevação dos custos de geração de energia elétrica em 2015, a tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2015 atingiu R\$ 422,19/MWh, com aumento de 50,80% em relação a dezembro de 2014:

Classe de consumo	Tarifa média de fornecimento - R\$ / MWh		
	2015	2014	Variação
Residencial	521,13	340,70	52,96%
Rural	290,54	190,97	52,14%
Comercial, serviços e outros	518,10	341,93	51,53%
Industrial	468,54	298,24	57,10%
Demais classes	420,31	271,91	54,58%
Tarifa média de fornecimento - R\$ / MWh	422,19	279,97	50,80%

As perdas totais de energia em 2015 foram de 12,19%, abaixo 0,4 p.p. em relação a 2014. As perdas técnicas foram reduzidas em 0,26 p.p., passando de 8,10% em 2014 para 7,84% em 2015. Essa redução é, principalmente, resultado das ações de fiscalizações e regularizações realizadas pela Santa Maria. A seguir é apresentado o balanço energético da Companhia:

Energia requerida	Balanço energético - GWh				
	2015	2014	2013	2012	2011
Venda de energia	557,252	520,632	493,674	455,546	414,359
- Fornecimento	557,252	520,632	493,674	455,546	414,359
Mercado atendido	557,252	520,632	493,674	455,546	414,359
Perdas na distribuição	77,376	74,997	58,245	75,173	55,237
- Perdas técnicas	49,784	48,253	37,475	48,367	35,540
- Perdas não técnicas - PNT	27,592	26,744	20,770	26,806	19,697
PNT / Energia requerida %	4,35%	4,49%	3,76%	5,05%	4,19%
Perdas totais - PT	77,376	74,997	58,245	75,173	55,237
PT / Energia requerida %	12,19%	12,59%	10,55%	14,16%	11,76%
Total	634,628	595,629	551,919	530,719	469,596

A composição da compra de energia elétrica para revenda por supridora é a seguinte:

Supridora	Compra de energia elétrica para revenda			
	2015		2014	
	GWh	Percentual	GWh	Percentual
ESCELSA	619,084	97,55%	576,691	96,82%
Proinfa	12,444	1,96%	11,514	1,93%
Geração Própria	3,100	0,49%	7,424	1,25%
Total	634,628	100,00%	595,629	100,00%

Os indicadores de desempenho da qualidade do serviço da Santa Maria se mantiveram dentro dos padrões de excelência nacional, em decorrência, principalmente, dos investimentos realizados pela Companhia e das ações de manutenção preventiva realizadas periodicamente nas instalações do sistema de distribuição de energia elétrica.

Os indicadores DEC – Duração Equivalente de Interrupções por Cliente e FEC – Frequência Equivalente de Interrupções por Cliente permaneceram em total conformidade com os padrões estabelecidos pela ANEEL, conforme tabela a seguir:

<u>Indicadores</u>	<u>Unidade</u>	<u>Parâmetros</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
DEC	Horas	Real	7,89	10,38	5,92	7,59	10,33
		Meta ANEEL (máximo)	12,53	12,74	13,05	13,05	13,67
FEC	Número de interrupções	Real	5,95	7,24	5,18	6,79	7,70
		Meta ANEEL (máximo)	10,12	10,61	10,92	10,92	12,15

5. Ambiente regulatório

5.1 Revisão tarifária extraordinária

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL homologou os resultados da revisão tarifária extraordinária das concessionárias de distribuição de energia elétrica. As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 2 de março de 2015, e permaneceram vigentes até a entrada em vigor do reajuste tarifário anual de cada distribuidora, o que, no caso da Santa Maria, ocorreu em 15 de agosto de 2015. O efeito médio dessa revisão tarifária extraordinária percebido pelo consumidor da Santa Maria foi de aproximadamente 21%. Os principais eventos que motivaram essa revisão tarifária extraordinária foram os seguintes:

- Custos com Exposição Involuntária ao Mercado de Curto Prazo – MCP;
- Risco hidrológico dos Contratos de Cota de Garantia Física – CCGF;
- Encargo de Serviço do Sistema por Segurança Energética;
- Aumento dos custos de compra de energia em função do reajuste da tarifa de Itaipu, do resultado do 14º Leilão de Energia Existente e do 18º Leilão de Ajuste; e
- Aumento da Quota de CDE.

5.2 Reajuste tarifário anual

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.934/2015, de 11 de agosto de 2015, a ANEEL aprovou o resultado do reajuste tarifário anual da Santa Maria, com vigência de 15 de agosto de 2015 a 14 de agosto de 2016.

O processo de reajuste tarifário anual consiste no repasse aos consumidores dos custos não gerenciáveis da concessão, tais como compra de energia elétrica, encargos setoriais e o custo pelo uso do sistema de transmissão (Parcela A) e na atualização dos custos gerenciáveis (Parcela B) pela variação do IGP-M subtraída do Fator X, que repassa aos consumidores os ganhos de eficiência anuais da concessionária.

As tarifas foram, em média, reajustadas em 4,18%, percentual esse correspondente ao efeito tarifário médio percebido pelos consumidores da Companhia.

5.3 Bandeiras tarifárias

A partir de janeiro de 2015, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 547/2013, as contas de energia elétrica passaram a ser faturadas de acordo com o Sistema de Bandeiras Tarifárias.

Esse sistema tem como finalidade indicar para os consumidores se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia elétrica, e visa cobrir os custos adicionais de geração térmica, os custos com compra de energia no mercado de curto prazo, ESS e o risco hidrológico. Nos meses de janeiro e fevereiro os valores acrescidos pelas bandeiras amarela e vermelha foram de R\$ 15/MWh e R\$ 30/MWh, respectivamente. A partir de 2 de março de 2015 até 31 de agosto de 2015 foram atualizados para R\$ 25/MWh e R\$ 55/MWh, respectivamente, e a partir de 01 de setembro de 2015 foi mantido o

valor de R\$ 25/MWh para a bandeira amarela e atualizado para R\$ 45/MWh o valor da bandeira vermelha. No entanto, durante todo o ano de 2015, perdurou o regime de bandeira vermelha.

Adicionalmente, o Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, determinou que os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias fossem revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Os agentes de distribuição passaram a assumir posição credora ou devedora junto a referida conta centralizadora, dependendo da diferença entre os valores realizados incorridos e a cobertura tarifária vigente.

Mensalmente são apurados o valor adicional faturado das bandeiras tarifárias, o valor da exposição incorrida pelas distribuidoras nos itens previstos no Decreto nº 8.401/2015 e, além disso, fixado o valor líquido a ser repassado à ou a ser recebido da CCRBT pela distribuidora. Ao longo de 2015, a Santa Maria faturou R\$ 24,5 milhões de bandeiras tarifárias, repassou à CCRBT R\$ 18 milhões e recebeu da CCRBT 3,1 milhões.

5.4 Prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica

No dia 9 de dezembro de 2015 foi celebrado entre a União e a Santa Maria o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 20/1999-ANEEL, prorrogando o prazo da concessão até 7 de julho de 2045.

A prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, regulamentada por meio do Decreto nº 8.461, de 2 de junho de 2015, ficou vinculada ao atendimento aos seguintes critérios incorporados aos contratos de concessão ou termos aditivos:

- a) Eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- b) Eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- c) Racionalidade operacional e econômica; e
- d) Modicidade tarifária.

A eficiência com relação à qualidade do serviço prestado será mensurada por indicadores que considerem a frequência e a duração média das interrupções do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Já a eficiência com relação à gestão econômico-financeira será mensurada por indicadores que apurem a capacidade de a concessionária honrar seus compromissos econômico-financeiros de maneira sustentável.

O atendimento a esses dois primeiros critérios poderá ser alcançado pela concessionária no prazo máximo de cinco anos, contado a partir do ano civil subsequente à data de celebração do contrato de concessão ou do termo aditivo, devendo ser cumpridas metas anuais definidas por trajetórias de melhoria contínua, estabelecidas a partir do maior valor entre os limites a serem definidos pela ANEEL e os indicadores apurados para cada concessionária no ano civil anterior à celebração do contrato de concessão ou do termo aditivo.

O descumprimento das referidas metas poderá resultar em obrigações de aporte de capital por parte dos acionistas controladores da concessionária, bem como na limitação da distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a inadimplência da concessionária decorrente do descumprimento de uma das metas anuais por dois anos consecutivos ou de qualquer dessas metas ao final do prazo de cinco anos acarretará a extinção da concessão, observadas as disposições do contrato de concessão ou do termo aditivo.

O atendimento ao critério de racionalidade operacional e econômica pelas concessionárias cujos mercados sejam inferiores a 500 GWh/ano deverá considerar os parâmetros técnicos, econômicos e operacionais e a estrutura dos mercados atendidos de concessionárias do mesmo porte e condição, observadas as demais disposições da legislação e regulamentação vigentes, observando:

- a) O desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição, concedido pelas supridoras às suas supridas, será reduzido à razão de vinte por cento ao ano após a prorrogação da concessão; e
- b) Transcorridos cinco anos a partir da prorrogação da concessão, eventuais alterações nas tarifas decorrentes da aplicação dos parâmetros técnicos, econômicos e operacionais referidos acima dar-se-ão de forma progressiva nos processos ordinários de revisão tarifária.

O atendimento ao critério de modicidade tarifária observará as disposições:

- a) Do inciso XI do caput do art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que trata das competências da ANEEL para, dentre outras, estabelecer tarifas para o suprimento de energia elétrica realizado às concessionárias e permissionárias de distribuição, inclusive às Cooperativas de Eletrificação Rural enquadradas como permissionárias, cujos mercados próprios sejam inferiores a 500 (quinhentos) GWh/ano, e tarifas de fornecimento às Cooperativas autorizadas, considerando parâmetros técnicos, econômicos, operacionais e a estrutura dos mercados atendidos; e
- b) Do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que trata dos objetivos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE para, dentre outros, prover recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica, conforme regulamentação do Poder Executivo.

Além de outras obrigações, os contratos de concessão ou termos aditivos contêm ainda cláusulas que asseguram a sustentabilidade econômico-financeira das concessionárias e especificam diretrizes para o fortalecimento da governança corporativa e parâmetros mínimos de indicadores econômico-financeiros, inclusive de obrigação de aporte de capital por parte dos controladores, e estabelecem mecanismos visando à eficiência energética e à modernização das instalações.

5.5 Mercado de distribuição da Santa Maria

Por meio do Despacho nº 1.227/2015-SGT/ANEEL, de 27 de abril de 2015, a Santa Maria foi desclassificada da condição de concessionária com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano, o que, de acordo com o Submódulo 11.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, aprovado pela Resolução Normativa ANEEL nº 607/2014, reduzirá o seu contrato de suprimento mantido com a ESCELSA em 20% ao ano a partir de 2017, conforme Ofício nº 38/2015-SRG-SGT-SEM/ANEEL, de 13 de março de 2015.

A energia elétrica necessária para suprir essa redução de energia contratada, bem como o crescimento de mercado que venha a ocorrer, passará a ser adquirida pela Santa Maria no Ambiente de Contratação Regulado – ACR, por meio dos leilões de energia elétrica realizados pelo Poder Concedente.

Para garantir o atendimento de seu mercado já a partir do ano de 2016, a Santa Maria promoveu ainda em 2015 uma licitação pública para aquisição de energia elétrica, tendo firmado contrato com a EDP – Comercialização e Serviços de Energia Ltda. Esse contrato estabelece a compra de 58 MW médios de energia elétrica num período de 4 anos, no valor global de R\$ 80,2 milhões.

Em 2016, em cumprimento às disposições legais, a Santa Maria promoverá a segregação da sua atividade de geração, e passará a exercer exclusivamente a atividade de distribuição.

6. Gestão de pessoas

Em um setor competitivo, de alta tecnologia, fortemente regulado, que fornece um bem essencial à sociedade, é fundamental a qualificação do corpo funcional. Por isso, dentre outras ações, a Santa Maria está desenvolvendo um projeto para construir o seu primeiro Centro de Treinamento. O espaço contará com uma sala de aula teórica, com capacidade para 30 alunos, um laboratório para manuseio de equipamentos e uma área externa para treinamento prático, além de um refeitório.

Os princípios de reconhecimento e motivação, desenvolvimento e saúde e bem-estar embasam a gestão de recursos humanos da Santa Maria. Uma pesquisa de clima organizacional respondida por 92% dos colaboradores revelou que 77% dos participantes sentem orgulho em trabalhar na Companhia.

A Santa Maria garante aos seus colaboradores o direito de livre associação, e negocia e firma acordos coletivos de trabalho com o sindicato que os representa. Esses acordos incluem o reajuste salarial anual, atualizações do plano de benefícios, entre outros temas.

A saúde e segurança no trabalho é uma prioridade para a Santa Maria. Além de atender toda legislação vigente, e orientar e treinar seus colaboradores por meio de campanhas e ações específicas, a Companhia promove anualmente a Semana Interna de Prevenção de Acidentes – SIPAT, com palestras sobre as principais causas de acidentes no setor elétrico, os seis passos que salvam a vida do eletricitista, dentre outras.

No encerramento do exercício o quadro funcional próprio da Companhia reunia 307 profissionais (280 homens e 27 mulheres), dos quais 17% possuíam ensino superior completo e 83% ensino fundamental e médio. Ao longo do ano foram registradas 52 admissões e 54 desligamentos.

7. Responsabilidade socioambiental

Cada vez mais a Santa Maria vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, a Companhia busca o fortalecimento das comunidades com as quais se relaciona, desenvolvendo atividades socioculturais e esportivas, apoiando projetos de estímulo à educação e desenvolvendo ações de uso consciente de energia elétrica e preservação ambiental. Destacamos a seguir as principais ações realizadas em 2015:

- a) Distribuição de flores no município de Colatina no dia internacional da mulher, em parceria com a TV Gazeta Noroeste;
- b) Apoio para a realização do evento Família e Escola com a temática “Vida na terra, ainda há tempo”;
- c) Apoio ao projeto “Plantar é viver”;
- d) Criação de campanha publicitária para alertar a população sobre a importância dos cuidados com a energia elétrica para prevenir acidentes, além de dicas de economia;
- e) Patrocínio ao Colatina Sociedade Esportiva para disputa do campeonato estadual de futebol nas categorias sub 15 e sub 17;
- f) Patrocínio a Superintendência Regional de Educação de Colatina para diversos projetos esportivos;
- g) Patrocínio a Associação dos Pescadores Esportistas de Colatina – APEC para o 6º torneio de pesca embarcada no Rio Doce;
- h) Patrocínio a União Norte Capixaba de Aerodelismo de Colatina para o 15º festival de aerodelismo de Colatina;
- i) Patrocínio de 628 camisas personalizadas para a corrida rústica de 5 e 10 km de Colatina;
- j) Patrocínio para a caminhada do seminarista;
- k) Patrocínio para a campanha “Outubro rosa”;
- l) Montagem da tradicional árvore de natal no município de Colatina, em parceria com a TV Gazeta Noroeste;

m) Doação para o Fundo da Infância e Adolescência – FIA.

8. Agradecimentos

A Administração da Santa Maria registra seus agradecimentos aos seus colaboradores, clientes, fornecedores, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores, comunidade em geral e aos demais públicos pela contribuição recebida para o cumprimento de seus objetivos.

A Administração.

Demonstrações Contábeis Regulatórias**1. Balanço patrimonial regulatório – Ativo**

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A
CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	29.022	11.193
Consumidores	6	35.162	23.248
Tributos compensáveis	7	652	649
Almoxarifado operacional		1.171	1.260
Ativos financeiros setoriais	8	6.610	4.762
Despesas pagas antecipadamente		283	273
Outros ativos circulantes	9	9.735	24.834
Total do ativo circulante		82.635	66.219
Ativo não circulante			
Consumidores		-	17
Tributos compensáveis	7	1.107	1.028
Depósitos judiciais e cauções		57	57
Outros ativos não circulantes	9	459	1.412
Imobilizado	10	134.031	132.224
Intangível	11	1.094	1.280
Total do ativo não circulante		136.748	136.018
Total do ativo		219.383	202.237

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

2. Balanço patrimonial regulatório – Passivo

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A
CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	Nota	2015	2014
Passivo circulante			
Fornecedores	12	17.780	15.231
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	3.866	9.861
Obrigações sociais e trabalhistas	14	4.354	3.624
Tributos	15	9.755	5.611
Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio	16	11.358	9.227
Encargos setoriais	17	11.243	2.371
Outros passivos circulantes		1.830	1.029
Total do passivo circulante		60.186	46.954
Passivo não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	16.143	17.204
Tributos	15	10.374	10.374
Outros passivos não circulantes		47	241
Total do passivo não circulante		26.564	27.819
Total do passivo		86.750	74.773
Patrimônio líquido	18		
Capital social	18.1	95.000	91.000
Reservas de lucro	18.2	31.187	27.727
Outros resultados abrangentes	18.3	6.446	8.737
Total do patrimônio líquido		132.633	127.464
Total do passivo e do patrimônio líquido		219.383	202.237

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3. Demonstração do resultado regulatório

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A

CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2015	2014
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso			
Fornecimento de energia elétrica		319.342	196.553
Ativos e passivos financeiros setoriais		6.923	4.762
Serviços cobráveis		361	284
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		41.845	30.957
Outras receitas		-	1.993
Total da receita bruta		368.471	234.549
Tributos			
ICMS		(68.127)	(43.045)
PIS-PASEP		(3.240)	(1.796)
Cofins		(14.920)	(8.267)
ISS		-	(43)
Total dos tributos		(86.287)	(53.151)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(1.117)	(871)
Programa de eficiência energética - PEE		(1.117)	(871)
Conta de desenvolvimento energético - CDE		(31.687)	(2.343)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica – TFSEE		(343)	(289)
Outros encargos		(24.515)	-
Total dos encargos - Parcela "A"		(58.779)	(4.374)
Receita líquida / Ingresso líquido	19	223.405	177.024
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	20		
Energia elétrica comprada para revenda		(154.724)	(111.204)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição		(5.563)	(4.747)
Total dos custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(160.287)	(115.951)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		63.118	61.073
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	20		
Pessoal e administradores		(19.507)	(16.837)
Material		(3.244)	(3.509)
Serviços de terceiros		(6.580)	(7.791)
Arrendamentos e aluguéis		(893)	(850)
Seguros		(546)	(536)
Doações, contribuições e subvenções		(53)	-
Provisões		(839)	(213)
(-) Recuperação de despesas		467	346
Tributos		(720)	(78)
Depreciação e amortização		(9.859)	(9.722)
Gastos diversos		(3.676)	(1.495)
Outras receitas operacionais		6.639	2.558
Outras despesas operacionais		(467)	(904)
Total dos custos gerenciáveis - Parcela "B"		(39.278)	(39.031)
Resultado da atividade		23.840	22.042
Resultado financeiro	21		
Despesas financeiras		(14.092)	(9.992)
Receitas financeiras		12.027	4.589
Total do resultado financeiro		(2.065)	(5.403)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		21.775	16.639
Imposto de renda	22	(4.444)	(3.555)
Contribuição social	22	(1.435)	(1.318)
Participações e contribuições		(2.617)	(2.053)
Reversão dos juros sobre o capital próprio		7.836	5.917
Resultado líquido do exercício		21.115	15.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

4. Demonstração das mutações do patrimônio líquido regulatório

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A
CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucro					Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2014	85.000	11.253	2.838	8.525	5.912	-	113.528
Aumento do capital social	6.000	-	(1.565)	-	-	-	4.435
Reversão de provisão do exercício 2013:							
Participações estatutárias	-	-	-	-	1.324	-	1.324
Proposta da administração para distribuição de dividendos	-	-	-	-	3.818	-	3.818
Realização da reserva de reavaliação	-	(2.516)	-	-	2.516	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	15.630	15.630
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	2.190	-	-	(2.190)	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	924	-	(924)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	1.245	(1.245)	-
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(11.271)	(11.271)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	91.000	8.737	3.463	9.449	14.815	-	127.464
Aumento do capital social	4.000	-	(2.726)	-	(1.274)	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(2.291)	-	-	2.291	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	21.115	21.115
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	2.266	-	-	(2.266)	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.178	-	(1.178)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	3.651	(3.651)	-
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(1.926)	(14.020)	(15.946)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	95.000	6.446	3.003	10.627	17.557	-	132.633

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

5. Demonstração dos fluxos de caixa regulatório

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A
CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa da atividade operacional		
Arrecadação	324.582	205.686
Recebimentos do fundo da CDE	56.460	17.720
Recebimentos da CCRBT	3.170	-
Fornecedores	(170.878)	(129.639)
Salários e encargos sociais	(14.712)	(9.195)
Impostos e contribuições	(88.497)	(60.235)
Encargos setoriais	(47.299)	(6.155)
Repasses da CIP e outros	(12.758)	(8.613)
Outros recebimentos (pagamentos)	472	598
Recursos líquidos provenientes da atividade operacional	50.540	10.167
Fluxo de caixa da atividade de investimento		
Alienações de bens e direitos	3.155	427
Aplicações em bens e direitos	(10.944)	(7.701)
Recursos líquidos provenientes da atividade de investimento	(7.789)	(7.274)
Fluxo de caixa da atividade de financiamento		
Novos empréstimos e financiamentos	5.346	5.478
Serviço da dívida (principal e encargos)	(16.128)	(7.314)
Subvenção econômica	-	2.639
Dividendos, participações estatutárias e juros sobre o capital próprio	(14.140)	(36)
Recursos líquidos provenientes da atividade de financiamento	(24.922)	767
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	17.829	3.660
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período	11.193	7.533
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período	29.022	11.193
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	17.829	3.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

6. Demonstração do resultado abrangente regulatório

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A
CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Demonstração do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Resultado do exercício		
Outros resultados abrangentes		
Reserva de reavaliação	3.472	3.812
Efeito dos tributos	<u>(1.181)</u>	<u>(1.296)</u>
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos dos tributos	<u>2.291</u>	<u>2.516</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias para o
exercício social findo em 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Empresa Luz e Força Santa Maria S/A (“Santa Maria” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, sediada no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil.

A principal atividade operacional da Companhia é a distribuição de energia elétrica, atendendo a mais 106 mil consumidores em 11 municípios do estado do Espírito Santo.

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, que atua por meio do Ministério de Minas e Energia – MME. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Companhia detém a outorga de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica nos termos do Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL, cujo prazo de concessão teve sua vigência prorrogada até 7 de julho de 2045, conforme Sexto Termo Aditivo celebrado entre a União e a Santa Maria no dia 9 de dezembro de 2015.

As obrigações e encargos da distribuidora previstas no referido contrato de concessão são:

I – operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações;

II – organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão, zelando por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro;

III – prestar contas à ANEEL da Gestão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica concedido, na periodicidade e forma previstas nas normas setoriais;

IV – observar a legislação de proteção ambiental, respondendo pelas consequências de seu eventual descumprimento;

V – assegurar aos interessados, na forma da lei e regulamentação, o livre acesso às suas Redes, consoante as condições gerais de acesso e as tarifas estabelecidas pela ANEEL;

VI – participar, quando for o caso, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, nas condições previstas pelo Estatuto do ONS e pela Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, submetendo-se às regras e procedimentos emanados destas Entidades;

VII – manter seu acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

VIII – instalar, por sua conta, os equipamentos de monitoramento e controle de tensão necessários para assegurar a qualidade do serviço, inclusive aqueles solicitados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico;

IX – adotar as soluções decorrentes do planejamento da operação do Sistema Interligado Nacional – SIN, especialmente aquelas relacionadas aos Sistemas Especiais de Proteção – SEP;

X – realizar, em conjunto com as Transmissoras, os estudos e os ajustes necessários ao funcionamento adequado dos Sistemas de Proteção nas Fronteiras com a Rede Básica do SIN;

XI – compartilhar infraestrutura com outros Prestadores de Serviço Público, observando as condições de segurança, o tratamento isonômico e buscando a redução de custos;

XII – prestar contas aos usuários, periodicamente, da Gestão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica concedido, nos termos estabelecidos pela regulação da ANEEL;

XIII – submeter à anuência prévia da ANEEL, na forma e condições previstas nas normas setoriais:

- a) a alienação, cessão, concessão, transferência, dação em garantia ou desvinculação de Ativos vinculados ao Serviço Público Outorgado; e
- b) a transferência de Concessão ou do Controle Societário;

XIV – comprometer-se com a redução de perdas elétricas, conforme regulação da ANEEL, sujeitando-se, inclusive, a sanções pelo seu descumprimento.

2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa por apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societária e regulatória. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração da Companhia em 19 de fevereiro de 2016.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis regulatórias apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, de curto prazo com liquidez até 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Instrumentos financeiros

Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável.

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso certos critérios sejam atingidos.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, consumidores, ativos financeiros setoriais e reembolsos do fundo da CDE. Os principais passivos

financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e dividendos, participações estatutárias e juros sobre o capital próprio.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão detalhados na nota explicativa nº 25.

c) Consumidores

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ou a ser faturado, e incluem os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, os valores faturados a consumidores finais e a receita referente à energia consumida e não faturada.

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Foi constituída com base nos critérios estabelecidos na Instrução Contábil 6.3.3 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a qual é considerada suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.

e) Estoques

Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão e na operação e manutenção da prestação dos serviços são registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado.

f) Ativos e passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Esses ativos e passivos estão detalhados na nota explicativa nº 8.

g) Ativo imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

h) Ativo imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

i) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

j) Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

k) Reserva de reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei nº 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

l) Redução ao valor recuperável (impairment)

Ao final de cada exercício a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável além das provisões já efetuadas.

m) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura vinculados à prestação de serviço público, utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, que vigeu até 8 de dezembro de 2015, bem como a atual norma prevista na Resolução Normativa ANEEL nº 691, de 8 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, deduzido dos encargos incidentes sobre os mesmos, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

n) Fornecedores

Inclui os saldos a pagar relativos ao suprimento de energia elétrica, aos encargos de uso da rede elétrica e as aquisições de materiais e serviços de terceiros.

o) Empréstimos e financiamentos

São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.

p) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) aplicando-se, de acordo com a legislação vigente, a alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 mil anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

A Companhia não possui imposto de renda e contribuição social diferidos, e optou pelas alterações introduzidas pela Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014 (Conversão da MP 627/2013) desde o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2014.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Em 06 de outubro de 2009, a Companhia obteve junto a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE o Laudo Constitutivo nº 0107/2009, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração relativo aos municípios da região norte do estado do Espírito Santo, integrantes da área de atuação da SUDENE, por um período de 10 anos, protocolado na Unidade da Receita Federal do Brasil – RFB com jurisdição sobre o município de sua sede.

Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício da Companhia. Em atendimento ao que determina a Portaria do Ministério da Integração Nacional nº 2091-A, de 28 de dezembro de 2007,

o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, tendo sido transferido para a rubrica reserva de incentivos fiscais nas reservas de lucro, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

q) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)

Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos / encargos incorridos até a data do balanço.

s) Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

t) Benefícios a empregados

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios complementares de aposentadoria a empregados e diretores, exclusivamente, do tipo Contribuição Definida, os quais são mantidos pelo HSBC Fundo de Pensão, entidade fechada de previdência complementar. Plano de Contribuição Definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a entidade patrocinadora paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo de pensão), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos.

De acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia contabiliza os planos do tipo Contribuição Definida de forma direta, porque a obrigação da entidade patrocinadora relativa a cada exercício é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período. Consequentemente, não são necessárias avaliações atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa, e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial. Além disso, as obrigações são mensuradas em base não descontada, exceto quando não vençam completamente dentro de doze meses após o final do período em que os empregados prestam o respectivo serviço.

4. Revisão tarifária extraordinária e reajuste tarifário anual

4.1 Revisão tarifária extraordinária

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL homologou os resultados da revisão tarifária extraordinária das concessionárias de distribuição de energia elétrica. As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 2 de março de 2015, e permaneceram vigentes até a entrada em vigor do reajuste tarifário anual de cada distribuidora, o que, no caso da Companhia, ocorreu em 15 de agosto de 2015. O efeito médio dessa revisão tarifária extraordinária percebido pelo consumidor da Santa Maria foi de aproximadamente 21%. Os principais eventos que motivaram essa revisão tarifária extraordinária foram os seguintes:

- a) Custos com Exposição Involuntária ao Mercado de Curto Prazo – MCP;
- b) Risco hidrológico dos Contratos de Cota de Garantia Física – CCGF;
- c) Encargo de Serviço do Sistema por Segurança Energética;
- d) Aumento dos custos de compra de energia em função do reajuste da tarifa de Itaipu, do resultado do 14º Leilão de Energia Existente e do 18º Leilão de Ajuste; e
- e) Aumento da Quota de CDE.

4.2 Reajuste tarifário anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IGP-M, ajustado pela aplicação do Fator X.

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.934/2015, de 11 de agosto de 2015, a ANEEL aprovou o resultado do reajuste tarifário anual da Companhia, com vigência de 15 de agosto de 2015 a 14 de agosto de 2016, sendo as tarifas, em média, reajustadas em 4,18%, percentual esse correspondente ao efeito tarifário médio percebido pelos consumidores da Santa Maria.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Instituição financeira	2015	2014
Banestes S/A	403	356
Caixa Econômica Federal	19.395	4.097
Itaú Unibanco S/A	-	511
SICOOB	104	70
Banco Santander Brasil S/A	7.002	4.221
Subtotal	26.904	9.255
Caixa e bancos conta movimento	2.118	1.938
Total	29.022	11.193

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um irrelevante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário – CDB, remuneradas a taxas do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

6. Consumidores

Classe de consumo	Valores correntes			Valores renegociados		2015	2014
	Vincendos	Vencidos	PCLD	A receber	PCLD		
Fornecimento faturado ⁽¹⁾							
Residencial	6.354	3.406	(149)	94	(34)	9.671	5.746
Comercial, serviços e outros	4.264	1.879	(392)	94	(2)	5.843	3.894
Industrial	4.113	2.066	(289)	230	(122)	5.998	4.520
Rural	1.342	1.696	(37)	71	(10)	3.062	1.586
Poder Público	993	90	-	23	(2)	1.104	782
Iluminação Pública	809	466	(28)	-	-	1.247	570
Serviço Público	633	3	(1)	-	-	635	488
Subtotal	18.508	9.606	(896)	512	(170)	27.560	17.586
Fornecimento não faturado	7.557	-	-	-	-	7.557	5.538
Serviços cobráveis	39	-	-	-	-	39	32
Participação financeira	18	-	(14)	-	-	4	90
Encargos tarifários	2	-	-	-	-	2	2
Total	26.124	9.606	(910)	512	(170)	35.162	23.248

⁽¹⁾ Os valores correntes de fornecimento faturado possuem a seguinte abertura:

Classe de consumo	Vincendos ⁽¹⁾	Valores vencidos					PCLD ⁽²⁾	2015	2014
		Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias			
Fornecimento faturado									
Residencial	6.354	2.989	255	70	16	79	(149)	9.614	5.712
Comercial, serviços e outros	4.264	1.178	204	78	119	299	(392)	5.750	3.809
Industrial	4.113	1.545	192	26	5	297	(289)	5.889	4.186
Rural	1.342	1.295	268	41	51	41	(37)	3.001	1.562
Poder Público	993	70	18	1	-	-	-	1.082	758
Iluminação Pública	809	129	206	103	-	28	(28)	1.247	570
Serviço Público	633	2	-	-	-	1	(1)	635	488
Total	18.508	7.208	1.143	319	191	745	(896)	27.218	17.085

⁽¹⁾ Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

⁽²⁾ Os valores relativos à provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD foram apropriados em conformidade com a Instrução Contábil 6.3.3 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, que define como regra os seguintes prazos de provisionamento para créditos vencidos:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Adicionalmente, foi realizada uma análise criteriosa do saldo de consumidores, sendo o valor constituído considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

7. Tributos compensáveis

Tributos compensáveis	Circulante		Não circulante	
	2015	2014	2015	2014
IRPJ (a)	253	280	-	-
CSLL	-	4	-	-
ICMS (b)	369	343	1.107	1.028
Outros	30	22	-	-
Total	652	649	1.107	1.028

(a) O valor de R\$ 253 refere-se a saldo negativo de IRPJ do exercício 2014 e foi objeto de pedido de restituição nos termos do PER/DCOMP nº 39324.67624.101215.1.2.02-1100, transmitido à Secretaria da Receita Federal do Brasil em 10 de dezembro de 2015, estando em análise.

(b) Refere-se ao imposto creditado nos termos da Lei Complementar nº 87/1996, apropriado à razão de 1/48 avos por mês.

8. Ativos financeiros setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se aos valores originados da diferença temporal entre os custos orçados pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos orçados são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos orçados são superiores aos custos efetivamente incorridos.

No balanço patrimonial os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais são compensados entre si e apresentados pelo valor líquido no ativo ou no passivo, conforme o caso. A composição do saldo da Companhia em 31 de dezembro é apresentada a seguir:

Composição	2015	2014
Ativos financeiros setoriais	13.657	5.234
Passivos financeiros setoriais	(7.047)	(472)
Saldo	6.610	4.762

A movimentação dos ativos e passivos financeiros setoriais no exercício é demonstrada como segue:

Ativos financeiros setoriais - R\$ mil	Saldos em 31/12/2014	Adição	Amortização	Atualização	Saldos em 31/12/2015	Valores em amortização	Valores em constituição
CVA ativa	5.229	13.805	(6.381)	501	13.154	6.602	6.552
Aquisição de energia - CVAenerg	4.122	9.068	(4.756)	369	8.803	4.799	4.004
Proinfa	222	125	(222)	-	125	-	125
Transporte rede básica	382	190	(272)	25	325	284	41
CDE	503	4.422	(1.131)	107	3.901	1.519	2.382
Demais ativos financeiros setoriais	5	547	(65)	16	503	106	397
Neutralidade da parcela A	5	547	(65)	16	503	106	397
Total dos ativos financeiros setoriais	5.234	14.352	(6.446)	517	13.657	6.708	6.949

Passivos financeiros setoriais - R\$ mil	Saldos em 31/12/2014	Adição	Amortização	Atualização	Saldos em 31/12/2015	Valores em amortização	Valores em constituição
CVA passiva	12	165	(36)	7	148	59	89
Proinfa	12	79	(36)	4	59	59	-
Transporte rede básica	-	86	-	3	89	-	89
Demais passivos financeiros setoriais	460	6.980	(637)	96	6.899	750	6.149
Neutralidade da parcela A	460	1.471	(637)	72	1.366	750	616
Outros - Bandeiras tarifárias	-	5.509	-	24	5.533	-	5.533
Total dos passivos financeiros setoriais	472	7.145	(673)	103	7.047	809	6.238

9. Outros ativos

Composição	Circulante		Não circulante	
	2015	2014	2015	2014
Adiantamentos a empregados	159	128	-	-
Serviços prestados a terceiros	812	615	-	-
Convênios de arrecadação	386	102	-	-
Subsídio residencial baixa renda (a)	373	514	-	-
Reembolsos do fundo da CDE (b)	8.686	23.162	-	-
Outros	149	778	-	-
Depósito reinvestimento banco do nordeste (c)	-	-	459	1.412
(-) PCLD	(830)	(465)	-	-
Total	9.735	24.834	459	1.412

- (a) Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, sob a administração da Eletrobrás. A movimentação dessa subvenção no exercício é apresentada a seguir:

Movimentação	R\$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2014	514
Subvenção baixa renda	2.398
Ressarcimentos pela Eletrobrás	(2.539)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	373

- (b) Refere-se a contas a receber da Eletrobrás relativo aos descontos nas tarifas de energia elétrica e na tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição para a atividade rural, irrigante e tratamento de água, esgoto e saneamento. Esses descontos foram retirados da estrutura tarifária a partir de 24 de janeiro de 2013, e, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438/2002, com redação dada pela Medida Provisória nº 605/2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891/2013, passaram a ser pagos pela Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, através da Eletrobrás, gestora do fundo.

A Administração da Companhia não espera apurar perdas na realização do saldo. No exercício foi registrada a seguinte movimentação nessa rubrica:

Movimentação	R\$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2014	23.162
Descontos tarifários	39.447
Ressarcimentos pela Eletrobrás	(53.923)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	8.686

(c) O saldo registrado no ativo não circulante, composto por depósitos efetuados em conta vinculada no banco do nordeste, é decorrente do incentivo fiscal de redução de 30% do imposto de renda devido para reinvestimento, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de 50% de recursos próprios da Companhia. Os valores, que são remunerados à taxa de 95% do CDI, são resgatados à medida que os projetos apresentados pela Companhia são aprovados pela SUDENE. No exercício, ocorreu a seguinte movimentação:

Movimentação	R\$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.412
Depósitos e atualizações monetárias	399
Valores resgatados	(1.352)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	459

10. Ativo imobilizado

A composição do imobilizado é apresentada como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014	Obrigações Especiais Brutas em 31/12/2015	Amortização Acumulada em 31/12/2015	Obrigações Especiais Líquidas em 31/12/2015
Geração	2.433	-	(94)	455	(55)	2.739	361	(943)	1.796	1.437	-	-	-
Terrenos	16	-	-	-	-	16	-	-	16	16	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	281	-	-	702	215	1.198	702	(380)	818	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	48	-	-	-	-	48	-	(48)	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	2.088	-	(94)	(247)	(270)	1.477	(341)	(515)	962	1.421	-	-	-
Distribuição	307.441	11.731	(1.706)	12.556	(1.127)	328.895	22.581	(160.620)	168.275	167.079	57.916	(11.912)	46.004
Terrenos	530	-	-	-	-	530	-	-	530	530	13	-	13
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	7.324	-	(145)	(522)	(772)	5.885	(667)	(2.831)	3.054	3.963	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	291.887	11.731	(1.301)	12.823	(239)	314.901	23.253	(151.933)	162.968	160.453	57.903	(11.912)	45.991
Veículos	7.696	-	(260)	255	(116)	7.575	(5)	(5.852)	1.723	2.133	-	-	-
Móveis e Utensílios	4	-	-	-	-	4	-	(4)	-	-	-	-	-
Administração	9.534	-	(666)	295	(363)	8.800	(371)	(7.065)	1.735	2.314	-	-	-
Terrenos	133	-	(65)	-	(41)	27	(65)	-	27	133	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	473	-	(264)	40	(119)	130	(224)	(91)	39	168	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	5.564	-	(194)	147	(163)	5.354	(47)	(4.146)	1.208	1.443	-	-	-
Veículos	2.641	-	(141)	96	(39)	2.557	(45)	(2.258)	299	390	-	-	-
Móveis e Utensílios	723	-	(2)	12	(1)	732	10	(570)	162	180	-	-	-
Subtotal	319.408	11.731	(2.466)	13.306	(1.545)	340.434	22.571	(168.628)	171.806	170.830	57.916	(11.912)	46.004
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	241	310	-	(455)	-	96	(145)	-	96	241	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	220	92	-	(237)	-	75	(145)	-	75	220	-	-	-
Outros	21	218	-	(218)	-	21	-	-	21	21	-	-	-
Distribuição	9.987	14.827	-	(12.556)	-	12.258	2.271	-	12.258	9.987	4.125	-	4.125
Máquinas e Equipamentos	4.966	13.741	-	(12.301)	-	6.406	1.440	-	6.406	4.966	-	-	-
Outros	5.021	1.086	-	(255)	-	5.852	831	-	5.852	5.021	4.125	-	4.125
Administração	-	295	-	(295)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	283	-	(283)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	12	-	(12)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	10.228	15.432	-	(13.306)	-	12.354	2.126	-	12.354	10.228	4.125	-	4.125
Total do Ativo Imobilizado	329.636	27.163	(2.466)	-	(1.545)	352.788	24.697	(168.628)	184.160	181.058	62.041	(11.912)	50.129

Os saldos do imobilizado estão reduzidos pelas obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica, as quais representam valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O imobilizado líquido destas obrigações é apresentado a seguir:

Composição	2015	2014
Imobilizado líquido	184.160	181.058
Obrigações especiais	(50.129)	(48.834)
Imobilizado líquido das obrigações especiais	134.031	132.224

As obrigações especiais são assim apresentadas:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	Total
Em serviço	3,35%	32.505	25.411	57.916
Participação da União, Estados e Municípios		14.188	13.656	27.844
Participação Financeira do Consumidor		17.988	11.747	29.735
Doações e Subvenções		5	8	13
Reversão/Amortização		324	-	324
(-) Amortização Acumulada – AIS		(7.489)	(4.423)	(11.912)
Participação da União, Estados e Municípios		(3.839)	(2.376)	(6.215)
Participação Financeira do Consumidor		(3.650)	(2.047)	(5.697)
Em curso		4.125	-	4.125
Ultrapassagem de demanda		1.367	-	1.367
Excedente de reativos		2.758	-	2.758
Total		29.141	20.988	50.129

A movimentação das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica ocorrida no exercício é apresentada a seguir:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Valor Bruto em 31/12/2015	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014
Em serviço	56.071	1.845	57.916	(11.912)	46.004	46.133
Participação da União, Estados e Municípios	27.834	10	27.844	(6.215)	21.629	22.591
Participação Financeira do Consumidor	27.900	1.835	29.735	(5.697)	24.038	23.205
Doações e Subvenções	13	-	13	-	13	13
Reversão/Amortização	324	-	324	-	324	324
(-) Amortização Acumulada - AIS	(9.938)	(1.974)	(11.912)	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	(5.243)	(972)	(6.215)	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(4.695)	(1.002)	(5.697)	-	-	-
Em curso	2.702	1.423	4.125	-	4.125	2.702
Ultrapassagem de demanda	1.017	350	1.367	-	1.367	1.017
Excedente de reativos	1.685	1.073	2.758	-	2.758	1.685
Total	48.835	1.294	50.129	(11.912)	50.129	48.835

As taxas anuais médias de depreciação do ativo imobilizado são as seguintes:

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2015			2014
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Geração	2,13%	2.739	(943)	1.796	1.437
Custo Histórico		2.024	(535)	1.489	1.108
Reavaliação		715	(408)	307	329
Distribuição	3,35%	328.895	(160.620)	168.275	167.079
Custo Histórico		211.392	(73.127)	138.265	132.883
Reavaliação		117.503	(87.493)	30.010	34.196
Administração	5,81%	8.800	(7.065)	1.735	2.314
Custo Histórico		5.202	(3.571)	1.631	2.078
Reavaliação		3.598	(3.494)	104	236
		340.434	(168.628)	171.806	170.830
Em Curso					
Geração		96	-	96	241
Distribuição		12.258	-	12.258	9.987
		12.354	-	12.354	10.228
		352.788	(168.628)	184.160	181.058

11. Ativo intangível

A composição do intangível é apresentada como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014
Distribuição	795	-	-	8	-	803	8	(143)	660	660
Servidões	795	-	-	(135)	-	660	(135)	-	660	660
Softwares	-	-	-	143	-	143	143	(143)	-	-
Administração	2.669	-	-	312	-	2.981	312	(2.547)	434	620
Softwares	-	-	-	2.981	-	2.981	2.981	(2.547)	434	-
Outros	2.669	-	-	(2.669)	-	-	(2.669)	-	-	620
Subtotal	3.464	-	-	320	-	3.784	320	(2.690)	1.094	1.280
Ativo Intangível em Curso										
Administração	-	21	-	(21)	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	21	-	(21)	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	21	-	(21)	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	3.464	21	-	299	-	3.784	320	(2.690)	1.094	1.280

12. Fornecedores

Composição	2015	2014
Suprimento de energia elétrica (a)	16.559	13.732
Encargos de uso da Rede Básica (b)	495	562
Materiais e serviços (c)	726	937
Total	17.780	15.231

(a) Inclui a compra de energia elétrica para revenda e o Proinfa.

(b) Refere-se ao transporte de energia elétrica pela rede básica.

(c) Refere-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica.

13. Empréstimos e financiamentos

Operação	Encargos da dívida (juros)	Principal		Total	
		Circulante	Não circulante	2015	2014
Moeda nacional					
Eletrobrás - LPT - ECFS 020/2004	28	246	-	246	667
Eletrobrás - LPT - ECFS 098/2005	113	744	744	1.488	2.232
Eletrobrás - LPT - ECFS 183/2007	171	676	1.804	2.480	3.157
Eletrobrás - LPT - ECFS 226/2008	222	679	2.605	3.284	3.963
Eletrobrás - LPT - ECFS 256/2008	199	550	2.474	3.024	3.574
Eletrobrás - LPT - ECFS 296/2010	43	101	562	663	764
CEF - 218687-02/07	-	-	-	-	1
CEF - CCB - 0172-715-0000001/23	-	-	-	-	13
CEF - CCB - 0172-715-0000054/35	-	-	-	-	22
CEF - CCB - 0172-715-0000055/16	-	-	-	-	12
BNB S/A - 198.2011.334.4651	1	-	-	-	31
Banco do Brasil S/A - 40/00513-5	72	234	956	1.190	1.423
Banco do Brasil S/A - 40/00805-3	40	212	1.254	1.466	1.678
Banco do Brasil S/A - 40/00855-X	2	13	80	93	106
Banco do Brasil S/A - 40/00857-6	4	24	143	167	191
Banco do Brasil S/A - 40/00873-8	13	70	428	498	568
Banco do Brasil S/A - 40/00877-0	1	6	35	41	46
Banco do Brasil S/A - 40/00979-3	5	15	105	120	121
Banco do Brasil S/A - 40/00980-7	62	191	1.303	1.494	1.526
Banco do Brasil S/A - 40/00991-2	10	37	250	287	296
Banco do Brasil S/A - 40/01099-6	13	14	208	222	222
Banco do Brasil S/A - 40/01100-3	3	5	74	79	79
Banco do Brasil S/A - 40/01107-0	12	11	198	209	209
Banco do Brasil S/A - 40/01108-9	8	8	146	154	154
Banco do Brasil S/A - 40/01162-3	11	3	230	233	-
Banco do Brasil S/A - 40/01163-1	6	1	132	133	-
Banco do Brasil S/A - 40/01164-X	2	1	35	36	-
Banco do Brasil S/A - 40/01165-8	2	1	45	46	-
Banco do Brasil S/A - 40/01168-2	9	2	181	183	-
Banco do Brasil S/A - 40/01169-0	63	22	2.108	2.130	-
Banco do Brasil S/A - 40/01196-8	1	-	43	43	-
Subtotal - moeda nacional	1.116	3.866	16.143	20.009	21.055
Moeda estrangeira					
Itaú Unibanco S/A - AGE 719900/1 (a)	39	-	-	-	6.010
Itaú Unibanco S/A - AGE 831924/1 (a)	42	-	-	-	-
Subtotal - moeda estrangeira	81	-	-	-	6.010
Total	1.197	3.866	16.143	20.009	27.065

(a) Os contratos de financiamento junto ao Itaú Unibanco S/A possuem proteção de swap cambial (vide nota explicativa nº 25.1).

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Apresentamos a seguir as condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2015:

Operação	Vencimento	Características da operação		Custo da dívida	
		Periodicidade de amortização	Garantias reais	Indexador	Taxa de juros a.a.
Eletrobrás - LPT - ECFS 020/2004	30/07/2016	Mensal	Recebíveis	RGR	5,00%
Eletrobrás - LPT - ECFS 098/2005	30/12/2017	Mensal	Recebíveis	RGR	5,00%
Eletrobrás - LPT - ECFS 183/2007	30/08/2019	Mensal	Recebíveis	RGR	5,00%
Eletrobrás - LPT - ECFS 226/2008	30/10/2020	Mensal	Recebíveis	RGR	5,00%
Eletrobrás - LPT - ECFS 256/2008	30/06/2021	Mensal	Recebíveis	RGR	5,00%
Eletrobrás - LPT - ECFS 296/2010	30/07/2022	Mensal	Recebíveis	RGR	5,00%
CEF - 218687-02/07	15/12/2014	Mensal	Bens	TJLP	2,50%
CEF - CCB - 0172-715-0000001/23	15/01/2015	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	4,50%
CEF - CCB - 0172-715-0000054/35	15/04/2015	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	4,50%
CEF - CCB - 0172-715-0000055/16	15/07/2015	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	4,50%
BNB S/A - 198.2011.334.4651	17/05/2015	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	10,00%
Banco do Brasil S/A - 40/00513-5	15/01/2021	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	5,50%
Banco do Brasil S/A - 40/00805-3	15/11/2022	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	2,50%
Banco do Brasil S/A - 40/00855-X	15/12/2022	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	2,50%
Banco do Brasil S/A - 40/00857-6	15/12/2022	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	2,50%
Banco do Brasil S/A - 40/00873-8	15/01/2023	Mensal	Bens	Pré-fixado	2,50%
Banco do Brasil S/A - 40/00877-0	15/01/2023	Mensal	Bens	Pré-fixado	2,50%
Banco do Brasil S/A - 40/00979-3	12/11/2023	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	3,50%
Banco do Brasil S/A - 40/00980-7	15/10/2023	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	3,50%
Banco do Brasil S/A - 40/00991-2	15/09/2023	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	3,50%
Banco do Brasil S/A - 40/01099-6	15/06/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%
Banco do Brasil S/A - 40/01100-3	15/06/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%
Banco do Brasil S/A - 40/01107-0	15/07/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%
Banco do Brasil S/A - 40/01108-9	15/07/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%
Banco do Brasil S/A - 40/01162-3	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%
Banco do Brasil S/A - 40/01163-1	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%
Banco do Brasil S/A - 40/01164-X	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%
Banco do Brasil S/A - 40/01165-8	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%
Banco do Brasil S/A - 40/01168-2	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%
Banco do Brasil S/A - 40/01169-0	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%
Banco do Brasil S/A - 40/01196-8	15/01/2025	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%
Itaú Unibanco S/A - AGE 719900/1	30/04/2015	Anual	Aval/Fiança	Dólar	1,46%
Itaú Unibanco S/A - AGE 831924/1	14/09/2015	Semestral	Aval/Fiança	Dólar	1,41%

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

<u>Exercício</u>	<u>R\$ mil</u>
2017	3.985
2018	3.241
2019	3.017
2020	2.454
2021	1.396
2021+	2.050
<u>Total</u>	<u>16.143</u>

14. Obrigações sociais e trabalhistas

Composição	Circulante	
	2015	2014
Provisão para férias e 13º salário	1.611	1.465
Tributos retidos na fonte	120	102
Participações nos lucros – Administradores (a)	2.617	2.053
Consignações	6	4
Total	4.354	3.624

(a) As participações nos lucros dos Administradores foram calculadas com base no resultado do exercício societário e de acordo com as disposições do estatuto social da Companhia, a saber:

Composição	2015	2014
Lucro líquido do exercício antes das participações estatutárias	28.431	22.724
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(2.266)	(2.190)
Lucro líquido do exercício ajustado	26.165	20.534
Participações estatutárias (10%)	2.617	2.053

15. Tributos

Composição	Circulante		Não circulante	
	2015	2014	2015	2014
Tributos federais	2.312	858	10.374	10.374
IRPJ	414	-	7.628	7.628
CSLL	160	41	2.746	2.746
PIS	308	146	-	-
COFINS	1.430	671	-	-
Tributos estaduais	6.651	4.199	-	-
ICMS	6.651	4.199	-	-
Tributos municipais	7	2	-	-
ISSQN	7	2	-	-
Contribuições sociais	449	418	-	-
INSS	329	307	-	-
FGTS	120	111	-	-
Tributos retidos na fonte	336	134	-	-
IRRF	267	91	-	-
CSLL	6	3	-	-
PIS	4	2	-	-
COFINS	18	9	-	-
INSS	41	29	-	-
Total	9.755	5.611	10.374	10.374

16. Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio

Com base no resultado do exercício societário, a Administração da Companhia está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

Composição	2015	2014
Lucro líquido do exercício	25.814	20.671
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(2.266)	(2.190)
Constituição de reserva legal	(1.178)	(924)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	(7.836)	(5.917)
Lucro líquido do exercício ajustado	14.534	11.640

Dividendos propostos	2015	2014
Ações ordinárias	3.633	2.910
Ações preferenciais	2.551	2.444
Total dos dividendos propostos	6.184	5.354

Adicionalmente, foram calculados e creditados juros sobre o capital próprio, observando-se os limites estabelecidos pela legislação fiscal, com base na variação da TJLP do período de janeiro a dezembro de 2015, no valor total de R\$ 7.836.

A movimentação e respectivos saldos das contas de dividendos propostos e JCP no exercício 2015 é apresentada a seguir:

Movimentação	Dividendos propostos	JCP	Saldo
Saldos em 31 de dezembro de 2014	5.354	3.873	9.227
(+) Crédito de JCP	-	7.836	17.063
(-) IR Fonte s/ crédito de JCP (15%)	-	(1.175)	15.888
(-) Pagamento de JCP	-	(5.360)	10.528
(+) Crédito de dividendos complementares	1.926	-	12.454
(-) Pagamento de dividendos	(7.280)	-	5.174
(+) Crédito de dividendos mínimos obrigatórios	6.184	-	11.358
Saldos em 31 de dezembro de 2015	6.184	5.174	11.358

17. Encargos setoriais

Composição	2015	2014
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D	799	313
Programa de Eficiência Energética – PEE	2.647	1.818
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	3.622	212
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	29	28
Bandeiras tarifárias	4.144	-
Outros	2	-
Total	11.243	2.371

18. Patrimônio líquido

18.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 o capital social da Companhia era de R\$ 95 milhões, composto por 4.807.604 ações, sem valor nominal, sendo 3.193.887 ações ordinárias (66,43%) e 1.613.717 ações preferenciais (33,57%), assim representado:

Espécie / Classe	2015		2014	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	3.193.887	63.112	3.193.887	60.455
Preferenciais	1.613.717	31.888	1.613.717	30.545
Total	4.807.604	95.000	4.807.604	91.000
Valor patrimonial por ação (R\$)		31,14		29,09

18.2 Reservas de lucro

As reservas de lucro da Companhia possuem a seguinte composição:

Reservas de lucro	2015	2014
Reserva legal (a)	10.627	9.449
Reserva de incentivos fiscais (b)	3.003	3.463
Reserva de retenção de lucros (c)	17.557	14.815
Total	31.187	27.727

- (a) Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.
- (b) Corresponde ao direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração relativo aos municípios da região norte do estado do Espírito Santo, integrantes da área de atuação da SUDENE. Essa subvenção governamental é reconhecida no resultado do exercício da Companhia, e em atendimento ao que determina a Portaria do Ministério da Integração Nacional nº 2091-A, de 28 de dezembro de 2007, o valor do imposto de renda que deixar de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, devendo ser transferido para a rubrica reserva de incentivos fiscais nas reservas de lucro, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Inclui, ainda, o incentivo fiscal de redução de 30% do imposto de renda devido para reinvestimento, calculado sobre o lucro da exploração.
- (c) Do lucro líquido do exercício, R\$ 3.651 foram destinados para a reserva de retenção de lucros, para a execução de planos de investimentos, no pressuposto de aprovação em Assembleia Geral.

18.3 Outros resultados abrangentes

Refere-se à reserva de reavaliação compulsória prevista na Resolução Normativa ANEEL nº 396/2010, cujos saldos estão assim representados:

Composição	Saldo
Reserva de reavaliação em 31 de dezembro de 2014	8.737
Realização da reserva em 2015	(2.291)
Reserva de reavaliação em 31 de dezembro de 2015	6.446

19. Receita operacional líquida

	Número de consumidores		MWh		R\$ mil	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Receita operacional líquida						
Fornecimento faturado						
Residencial	64.996	63.663	130.203	125.772	96.971	61.105
Industrial	1.888	1.839	97.091	99.409	64.808	41.929
Comercial, serviços e outros	8.124	8.114	87.249	86.399	64.220	41.670
Rural	29.907	28.484	194.918	162.102	65.500	35.689
Poder público	936	1.020	16.338	15.756	11.433	7.359
Iluminação pública	19	19	18.881	17.885	8.482	4.864
Serviço público	130	130	11.781	12.521	7.332	4.682
Consumo próprio	36	35	791	788	-	-
Total do fornecimento faturado	106.036	103.304	557.252	520.632	318.746	197.298
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	2.019	484
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-	-	-	6.923	4.762
Serviços cobráveis	-	-	-	-	361	284
Residencial baixa renda	-	-	-	-	2.398	2.548
Descontos tarifários	-	-	-	-	39.447	28.408
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-	1.994
Receita operacional bruta	106.036	103.304	557.252	520.632	369.894	235.778
Deduções à receita operacional bruta						
PIS	-	-	-	-	(3.240)	(1.796)
COFINS	-	-	-	-	(14.920)	(8.267)
ICMS	-	-	-	-	(68.127)	(43.045)
ISSQN	-	-	-	-	-	(43)
Ultrapassagem de Demanda	-	-	-	-	(350)	(302)
Excedente de Reativos	-	-	-	-	(1.073)	(927)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	-	-	(1.117)	(871)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	(1.117)	(871)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	-	(31.687)	(2.343)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	-	-	(343)	(289)
Bandeiras Tarifárias	-	-	-	-	(24.515)	-
Total das deduções à receita operacional bruta	-	-	-	-	(146.489)	(58.754)
Total da receita operacional líquida	106.036	103.304	557.252	520.632	223.405	177.024

20. Custos gerenciáveis e não gerenciáveis

Custos gerenciáveis e não gerenciáveis - R\$ mil	2015	2014
1. Gerenciáveis	39.278	39.031
1.1 Pessoal e administradores (a)	19.507	16.837
1.2 Material	3.244	3.509
1.3 Serviços de terceiros	6.580	7.791
1.4 Depreciação e Amortização	9.859	9.722
1.5 Outras despesas (receitas) operacionais líquidas	88	1.172
2. Não gerenciáveis (b)	160.287	115.951
2.1 Energia elétrica comprada para revenda	154.724	111.204
2.2 Encargos de transmissão, conexão e distribuição	5.563	4.747
Total	199.565	154.982

(a) As despesas com pessoal e administradores possuem o seguinte detalhamento:

Composição	2015	2014
Pessoal		
Remuneração	10.924	9.430
Encargos	3.920	3.383
Previdência privada	402	347
Outros benefícios	1.290	1.113
Subtotal	16.536	14.273
Administradores (Diretoria e Conselho)		
Honorários	2.220	1.916
Encargos	578	499
Previdência privada	173	149
Subtotal	2.971	2.564
Total	19.507	16.837

(b) Os custos não gerenciáveis possuem a seguinte abertura:

	2015		2014	
Composição	MWh	R\$	MWh	R\$
Energia elétrica comprada para revenda	619.084	151.587	576.691	108.060
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	-	5.563	-	4.747
Proinfa	12.444	3.137	11.514	3.144
Geração própria	3.100	-	7.424	-
Total	634.628	160.287	595.629	115.951

21. Resultado financeiro

Composição	2015	2014
Receitas financeiras		
Receita com aplicações financeiras	1.916	825
Multas e acréscimos moratórios s/ energia vendida	5.095	2.140
Atualização monetária de ativos financeiros setoriais	521	87
Variação cambial	1.194	146
Instrumentos financeiros derivativos - <i>Swap</i>	2.941	1.019
Outras receitas financeiras	360	372
Total das receitas financeiras	12.027	4.589
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas - juros	(1.197)	(1.319)
Encargos de dívidas - variação cambial	(2.866)	(1.095)
Juros sobre o capital próprio	(7.836)	(5.917)
Atualização monetária de passivos financeiros setoriais	(87)	(5)
Atualização monetária dos programas de P&D e EE	(347)	(124)
Instrumentos financeiros derivativos - <i>Swap</i>	(1.718)	(395)
Outras despesas financeiras	(41)	(1.137)
Total das despesas financeiras	(14.092)	(9.992)
Resultado Financeiro	(2.065)	(5.403)

22. Impostos

A conciliação da alíquota de imposto efetiva é apresentada como segue:

Composição	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2015	2014	2015	2014
Lucro antes dos impostos	34.310	27.597	34.310	27.597
Alíquota nominal	25%	25%	9%	9%
Imposto utilizando a alíquota nominal	(8.578)	(6.899)	(3.088)	(2.484)
Ajustes ao lucro antes dos impostos	(16.306)	(12.947)	(18.365)	(12.947)
Despesas não dedutíveis	1.762	485	1.756	485
Receitas não tributáveis	(7.966)	(5.325)	(10.019)	(5.325)
Incentivos fiscais	(2.266)	(2.190)	(2.266)	(2.190)
Juros sobre o capital próprio	(7.836)	(5.917)	(7.836)	(5.917)
Base de cálculo dos impostos	18.004	14.650	15.945	14.650
Valores reconhecidos no resultado do exercício	(4.444)	(3.555)	(1.435)	(1.318)
Alíquota efetiva	12,95%	12,88%	4,18%	4,78%

23. Contingências

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, fiscal, trabalhista e previdenciária.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração da Companhia julga não ser necessária a constituição de nenhuma provisão contábil por não ser provável nenhuma saída de recursos.

Além disso, para fazer frente a questões cíveis, a Companhia possui cobertura securitária para danos materiais, pessoais e morais causados a terceiros em decorrência das suas operações.

24. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, a saber:

		2015			2014		
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		29.022	-	29.022	11.193	-	11.193
Consumidores		35.162	-	35.162	23.248	-	23.248
Tributos compensáveis		652	-	652	649	-	649
Almoxarifado operacional		1.171	-	1.171	1.260	-	1.260
Ativos financeiros setoriais		6.610	-	6.610	4.762	-	4.762
Despesas pagas antecipadamente		283	-	283	273	-	273
Outros ativos circulantes		9.735	-	9.735	24.834	-	24.834
Total do ativo circulante		82.635	-	82.635	66.219	-	66.219
Ativo não circulante							
Consumidores		-	-	-	17	-	17
Tributos compensáveis		1.107	-	1.107	1.028	-	1.028
Depósitos judiciais e cauções		57	-	57	57	-	57
Outros ativos não circulantes		459	-	459	1.412	-	1.412
Ativo financeiro indenizável (concessão)	24.1	-	2.743	2.743	-	121.791	121.791
Intangível (concessão)	24.2	-	139.077	139.077	-	13.710	13.710
Imobilizado	24.3	134.031	(134.031)	-	132.224	(132.224)	-
Intangível	24.4	1.094	(1.094)	-	1.280	(1.280)	-
Total do ativo não circulante		136.748	6.695	143.443	136.018	1.997	138.015
Total do ativo		219.383	6.695	226.078	202.237	1.997	204.234
Passivo							
Passivo circulante							
Fornecedores		17.780	-	17.780	15.231	-	15.231
Empréstimos, financiamentos e debêntures		3.866	-	3.866	9.861	-	9.861
Obrigações sociais e trabalhistas		4.354	-	4.354	3.624	-	3.624
Tributos		9.755	-	9.755	5.611	-	5.611
Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio		11.358	-	11.358	9.227	-	9.227
Encargos setoriais		11.243	-	11.243	2.371	-	2.371
Outros passivos circulantes		1.830	-	1.830	1.029	-	1.029
Total do passivo circulante		60.186	-	60.186	46.954	-	46.954
Passivo não circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures		16.143	-	16.143	17.204	-	17.204
Tributos	24.5	10.374	(10.374)	-	10.374	(10.374)	-
Outros passivos não circulantes		47	-	47	241	-	241
Total do passivo não circulante		26.564	(10.374)	16.190	27.819	(10.374)	17.445
Total do passivo		86.750	(10.374)	76.376	74.773	(10.374)	64.399
Patrimônio líquido							
Capital social		95.000	-	95.000	91.000	-	91.000
Reservas de lucro	24.6	31.187	23.515	54.702	27.727	21.108	48.835
Outros resultados abrangentes	24.7	6.446	(6.446)	-	8.737	(8.737)	-
Total do patrimônio líquido		132.633	17.069	149.702	127.464	12.371	139.835
Total do passivo e do patrimônio líquido		219.383	6.695	226.078	202.237	1.997	204.234

		2015			2014		
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso							
Fornecimento de energia elétrica	24.8	319.342	1.423	320.765	196.553	1.229	197.782
Ativos e passivos financeiros setoriais		6.923	-	6.923	4.762	-	4.762
Serviços cobráveis		361	-	361	284	-	284
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		41.845	-	41.845	30.957	-	30.957
Outras receitas		-	-	-	1.993	-	1.993
Receita de construção	24.9	-	24.923	24.923	-	15.182	15.182
Total da receita bruta		368.471	26.346	394.817	234.549	16.411	250.960
Tributos							
ICMS		(68.127)	-	(68.127)	(43.045)	-	(43.045)
PIS-PASEP		(3.240)	-	(3.240)	(1.796)	-	(1.796)
Cofins		(14.920)	-	(14.920)	(8.267)	-	(8.267)
ISS		-	-	-	(43)	-	(43)
Total dos tributos		(86.287)	-	(86.287)	(53.151)	-	(53.151)
Encargos - Parcela "A"							
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(1.117)	-	(1.117)	(871)	-	(871)
Programa de eficiência energética - PEE		(1.117)	-	(1.117)	(871)	-	(871)
Conta de desenvolvimento energético - CDE		(31.687)	-	(31.687)	(2.343)	-	(2.343)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica – TFSEE		(343)	-	(343)	(289)	289	-
Outros encargos		(24.515)	-	(24.515)	-	-	-
Total encargos - Parcela "A"		(58.779)	-	(58.779)	(4.374)	289	(4.085)
Receita líquida / Ingresso líquido		223.405	26.346	249.751	177.024	16.700	193.724
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"							
Energia elétrica comprada para revenda		(154.724)	-	(154.724)	(111.204)	-	(111.204)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(5.563)	-	(5.563)	(4.747)	-	(4.747)
Custo de construção	24.9	-	(24.923)	(24.923)	-	(15.182)	(15.182)
Total custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(160.287)	(24.923)	(185.210)	(115.951)	(15.182)	(131.133)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		63.118	1.423	64.541	61.073	1.518	62.591
Custos gerenciáveis - Parcela "B"							
Pessoal e administradores		(19.507)	-	(19.507)	(16.837)	-	(16.837)
Material		(3.244)	-	(3.244)	(3.509)	-	(3.509)
Serviços de terceiros		(6.580)	-	(6.580)	(7.791)	-	(7.791)
Arrendamento e aluguéis		(893)	-	(893)	(850)	-	(850)
Seguros		(546)	-	(546)	(536)	-	(536)
Doações, contribuições e subvenções		(53)	-	(53)	-	-	-
Provisões		(839)	-	(839)	(213)	-	(213)
(-) Recuperação de despesas		467	-	467	346	-	346
Tributos		(720)	-	(720)	(78)	-	(78)
Depreciação e amortização	24.10	(9.859)	2.996	(6.863)	(9.722)	3.454	(6.268)
Gastos diversos		(3.676)	-	(3.676)	(1.495)	-	(1.495)
Outras receitas operacionais		6.639	-	6.639	2.558	-	2.558
Outras despesas operacionais	24.11	(467)	281	(186)	(904)	69	(835)
Total custos gerenciáveis - Parcela "B"		(39.278)	3.277	(36.001)	(39.031)	3.523	(35.508)
Resultado da atividade		23.840	4.700	28.540	22.042	5.041	27.083
Resultado financeiro							
Despesas financeiras		(14.092)	-	(14.092)	(9.992)	-	(9.992)
Receitas financeiras		12.027	-	12.027	4.589	-	4.589
Total do resultado financeiro		(2.065)	-	(2.065)	(5.403)	-	(5.403)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		21.775	4.700	26.475	16.639	5.041	21.680
Imposto de renda		(4.444)	-	(4.444)	(3.555)	-	(3.555)
Contribuição social		(1.435)	-	(1.435)	(1.318)	-	(1.318)
Participações e contribuições		(2.617)	-	(2.617)	(2.053)	-	(2.053)
Reversão dos juros sobre o capital próprio		7.836	-	7.836	5.917	-	5.917
Resultado líquido do exercício		21.115	4.700	25.814	15.630	5.041	20.671

24.1 Ativo financeiro indenizável (concessão)

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional da Companhia de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

24.2 Intangível (concessão)

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional da Companhia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura. Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

24.3 Imobilizado

Os ajustes são decorrentes da não contabilização do ativo imobilizado vinculado à concessão do serviço público de energia elétrica na contabilidade societária. Na contabilidade societária, é reconhecida a expectativa de direito incondicional da Companhia de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão.

24.4 Intangível

Os ajustes são decorrentes da não contabilização do intangível vinculado à concessão do serviço público de energia elétrica na contabilidade societária. Na contabilidade societária, é reconhecida a expectativa de direito incondicional da Companhia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão.

24.5 Tributos

Os ajustes são decorrentes da não contabilização dos tributos incidentes sobre a reserva de reavaliação do imobilizado na contabilidade societária.

24.6 Reservas de lucro

Os ajustes são decorrentes das diferenças de critérios contábeis entre as contabilidades regulatória e societária.

24.7 Outros resultados abrangentes

Os ajustes são decorrentes da não contabilização da reserva de reavaliação do imobilizado na contabilidade societária.

24.8 Fornecimento de energia elétrica

Os ajustes são decorrentes da não contabilização das receitas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos na contabilidade societária.

24.9 Receita e custo de construção

Os ajustes são decorrentes da contabilização na contabilidade societária das receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, cuja margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual à zero. Assim sendo, a receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão, não sendo adotadas, no entanto, para fins da contabilidade regulatória.

24.10 Depreciação e amortização

Os ajustes são decorrentes da não contabilização na contabilidade societária da depreciação e amortização decorrentes da reserva de reavaliação compulsória do imobilizado e intangível na contabilidade regulatória.

24.11 Outras despesas operacionais

Os ajustes são decorrentes da não contabilização na contabilidade societária de eventuais baixas de parcelas de reavaliação compulsória do ativo imobilizado e intangível na contabilidade regulatória.

24.12 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	2015	2014
Patrimônio líquido conforme contabilidade societária	149.702	139.835
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:	(17.070)	(12.371)
Reserva de lucros a realizar - Diferença VNR	(12.336)	(12.533)
Reserva de retenção de lucros - Diferença regulatória	(11.180)	(8.575)
Outros resultados abrangentes - Reserva de reavaliação regulatória	6.446	8.737
Patrimônio líquido regulatório	132.633	127.464

24.13 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

Conciliação do lucro líquido societário e regulatório	2015	2014
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	25.814	20.671
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:	(4.700)	(5.041)
Receita de ultrapassagem de demanda	(350)	(385)
Receita de excedente de reativos	(1.073)	(844)
Depreciação e amortização	(2.996)	(3.454)
Perdas na desativação de bens e direitos - reavaliação regulatória compulsória	(281)	(69)
Reclassificação da TFSEE - Outras despesas operacionais	-	(289)
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	21.115	15.630

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia, que não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou qualquer outro ativo de risco.

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro. Somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das suas disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre na data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros, a saber:

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intensão de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração**Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

(iii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de *hedge*

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	Valor contábil		Valor justo	
	2015	2014	2015	2014
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	29.022	11.193	29.022	11.193
Consumidores	35.162	23.248	35.162	23.248
Ativos financeiros setoriais	6.610	4.762	6.610	4.762
Reembolsos do fundo da CDE	8.686	23.162	8.686	23.162
Total	79.480	62.365	79.480	62.365
	Valor contábil		Valor justo	
	2015	2014	2015	2014
Passivos financeiros				
Fornecedores	17.780	15.231	17.780	15.231
Empréstimos e financiamentos	20.009	27.065	20.009	27.065
Dividendos, participações estatutárias e JCP	13.975	11.280	13.975	11.280
Total	51.764	53.576	51.764	53.576

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realiza-lo, em uma transação na qual não há favorecidos.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil, que equivale ao valor justo. Essa situação ocorre em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado ou por possuírem realização no curto prazo.

A classificação dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

	2015			
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Disponíveis para venda	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	29.022	-	29.022
Consumidores	35.162	-	-	35.162
Ativos financeiros setoriais	-	-	6.610	6.610
Reembolsos do fundo da CDE	8.686	-	-	8.686
Total	43.848	29.022	6.610	79.480

	2015
Passivos financeiros	Outros ao custo amortizado
Fornecedores	17.780
Empréstimos e financiamentos	20.009
Dividendos, participações estatutárias e JCP	13.975
Total	51.764

25.1 Derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo a todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

A Companhia tinha contratado um instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de um *hedge accounting* de valor justo, com a finalidade de proteger o passivo reconhecido junto ao Itaú Unibanco S/A. Em 30 de abril de 2015, com a liquidação do empréstimo, também foi liquidado o respectivo *swap*.

Adicionalmente, a Companhia contratou nova operação de empréstimo com o Itaú Unibanco S/A em 17 de março de 2015, com prazo de 6 meses, tendo contratado também novo instrumento derivativo de *swap*, registrado por meio de um *hedge accounting* de valor justo, com a finalidade de proteger esse passivo. Em 14 de setembro de 2015, com a liquidação do empréstimo, também foi liquidado o respectivo *swap*.

Nos termos da Instrução CVM nº 475/2008, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, impacto nos resultados da Companhia durante o exercício, assim como as principais características do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado no quadro a seguir:

Descrição	Contraparte	Início	Vencimento	Posição	Nocional USD 31/12/2014	Nocional R\$ 31/12/2014	Valor justo 31/12/2014	Efeito no resultado	
								2015	2014
Swap									
	Itaú			Variação cambial +					
Ativo	Unibanco S/A	02/05/2014	30/04/2015	1,72% a.a.	2.240	6.019	6.019	1.409	1.019
Passivo				108% do CDI			5.395	955	395
Total					2.240	6.019	624	454	624

Descrição	Contraparte	Início	Vencimento	Posição	Efeito no resultado 2015
Swap					
	Itaú			Variação cambial +	
Ativo	Unibanco S/A	17/03/2015	14/09/2015	1,88% a.a.	1.532
Passivo				103,50% do CDI	763
Total					769

25.2 Riscos financeiros

A Administração da Companhia é responsável global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas e revisadas regularmente para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus acionistas.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas lucro.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

O principal risco de crédito da Companhia é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

26. Benefícios a empregados

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios complementares de aposentadoria a empregados e diretores, exclusivamente, do tipo Contribuição Definida, os quais são mantidos pelo HSBC Fundo de Pensão, entidade fechada de previdência complementar.

Plano de Contribuição Definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a entidade patrocinadora paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo de pensão), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos.

De acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia contabiliza os planos do tipo Contribuição Definida de forma direta, porque a obrigação da entidade patrocinadora relativa a cada exercício é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período. Consequentemente, não são necessárias avaliações atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa, e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial.

Além disso, as obrigações são mensuradas em base não descontada, exceto quando não vençam completamente dentro de doze meses após o final do período em que os empregados prestam o respectivo serviço.

As contribuições da Companhia para os planos de benefícios complementares de aposentadoria a empregados e diretores somaram R\$ 575 em 2015 (R\$ 496 em 2014).

27. Transações com partes relacionadas

Os acionistas controladores da Companhia também são controladores da Santa Maria Participações S/A, empresa constituída em decorrência de uma cisão parcial da Empresa Luz e Força Santa Maria S/A determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio do Ofício Circular nº 1.213/2004-SFF/ANEEL, de 20 de julho de 2004, em cumprimento ao disposto no artigo 8º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que incluiu o § 5º no art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, estabelecendo a necessidade de segregação das atividades atinentes às pessoas jurídicas concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição e de geração de energia elétrica.

As transações realizadas durante o exercício entre a Companhia e a Santa Maria Participações S/A são apresentadas a seguir:

Tipo de transação	R\$ mil
Prestação de serviços ⁽¹⁾	3.023
Locação de imóveis ⁽²⁾	833
Alienação de bens imóveis ⁽³⁾	2.930
Total	6.786

- (1) Os serviços contratados pela Companhia referem-se a execução de obras, limpeza de faixas de servidão e leitura de medidores, entrega de contas, reavisos, corte e religação, suportados por contratos que foram submetidos a anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.
- (2) Os imóveis locados destinam-se à sede e ao depósito da Companhia, suportados por contratos que foram submetidos a anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.
- (3) Os bens alienados pela Companhia referem-se a imóveis de uso comercial e não eram vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores praticados foram baseados em preços de mercado e suportados por laudos de avaliação elaborados por corretores de imóveis independentes.

Em 31 de dezembro de 2015, não há saldos em aberto com a Santa Maria Participações S/A.

Remuneração dos Administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho Consultivo foi de R\$ 2.220 (R\$ 1.916 em 2014). Além da remuneração, a Companhia patrocina planos de benefícios complementares de aposentadoria para seus diretores, exclusivamente, do tipo Contribuição Definida, sendo a despesa no montante de R\$ 173 (R\$ 149 em 2014). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$ 578 (R\$ 499 em 2014).

28. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância segurada	
		2015	2014
Risco operacional ⁽¹⁾	26/07/2016	57.877	53.256
Responsabilidade civil geral ⁽²⁾	26/07/2016	1.800	1.700
Responsabilidade civil geral - danos morais ⁽³⁾	26/07/2016	360	340
Total		60.037	55.296

(1) Cobertura securitária das subestações, usinas e demais equipamentos, bem como do edifício sede e depósito de materiais da Companhia.

(2) Cobertura securitária para danos materiais e pessoais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.

(3) Cobertura securitária para danos morais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia mantém cobertura securitária da frota, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros cobertura de danos pessoais e/ ou materiais incorridos.

Diretoria

Arthur Arpini Coutinho

Diretor-Presidente

Angelo Arpini Coutinho

Diretor Vice-Presidente

Angelo André Bosi

Diretor

Contador

Carlos Alberto Lima

CRC: ES/009263/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e administradores
EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.
Colatina, ES.

Examinamos as demonstrações financeiras regulatórias da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e administradores
EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.
Colatina, ES.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Base de elaboração das demonstrações financeiras

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Empresa Luz e Força Santa Maria S.A a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Empresa Luz e Força Santa Maria S.A preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações contábeis societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 19 de fevereiro de 2016.

As demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparabilidade, não foram examinadas por nós ou por outros auditores independentes.

Vitória, ES, 27 de abril de 2016.


Wesley Cristian Marques
Contador CRC1ES009545/O-0
BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC2ES000289/O-5


Wladimir Firme Zanotti
Contador CRC 1ES007326/O-5
BAKER TILLY BRASIL - ES
Auditores Independentes
CRC 2ES000289/O-5